

EDITORIAL

Democracia, direito a educação e valorização da(s) diversidade(s)

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i3n7.807-815>

Terminou o ano de 2021 e *Formação em Movimento*, a revista da ANFOPE, traz em sua sétima edição, em um número extra, a temática da(s) diversidade(s). Alguns podem pensar que é um tema novo para a ANFOPE, mas não pensamos assim, pois a luta em defesa da formação de professores para a educação básica deve contemplar as demandas formativas de crianças, jovens e adultos e suas condições concretas de vida e de aprendizagem, plurais e diversas, em escolas com realidades desiguais, diferenciadas e diversificadas. A ANFOPE, em décadas de lutas pela formação e valorização dos profissionais da educação, sempre compreendeu como central uma formação docente atenta e comprometida com a superação das desigualdades e o respeito às diferenças, com a transformação coletiva da realidade social, e, nesse cenário, a diversidade de público deve ser sempre considerada, assim como a multidiversidade cultural.

Cabe destacar, que, no momento político atual, de imposição de padrões e negação da pluralidade, trazer a(s) temática(s) da(s) diversidade(s) é mais do nunca urgente e necessário. Vivemos, hoje, um tempo político marcado não somente pela negação da ciência e afirmação da mentira, mas de ódio e intolerância à(s) diferença(s) e à(s) diversidade(s), que exige que reafirmemos nossos posicionamentos em defesa da democracia, dos direitos humanos e sociais, dentre os quais à educação, para todos, todas e todes, sem nenhuma forma de segregação e exclusão.

Assistimos, nos últimos cinco anos, a uma espiral crescente de intolerância e ódio à diversidade humana, acirrada, a partir de janeiro de 2019, no país. Órgãos e

instâncias públicas são paulatinamente aparelhados para a prevalência ideológica de uma política excludente e discriminatória, que visa restringir direitos, atendendo aos interesses mercantis privatistas, sob a capa de um incoerente conservadorismo. A par do desmonte e redução do Estado, este crescente aparelhamento ideológico visa impor um pensamento único que despreza a cultura e a ciência, persegue servidores públicos, promovendo um amplo retrocesso social com consequências trágicas para a população.

Ao longo de 2021, o descaso com o enfrentamento da Covid 19 ampliou o número de mortes no país, e as quase 619 mil vidas interrompidas, cobrem de luto centenas de milhares de famílias. Este quantitativo colocou o Brasil na tenebrosa segunda posição mundial, em total de vidas perdidas, e no número 1 em percentual de mortes em relação à população total. A CPI da pandemia comprovou que este genocídio poderia ter sido evitado se os entraves desnecessários postos à imunização da população e a adoção de tratamentos precoces ineficazes não fossem a ênfase da criminosa atuação do Governo Federal, marcada por fortes indícios de corrupção.

Como boa notícia, 68% da população brasileira já está imunizada¹ o que provocou a redução do número de mortes e a retomada de atividades evidenciando a absoluta relevância da campanha de imunização. A maioria da população brasileira, coerente com as orientações científicas, demonstrou que acredita na vacinação, no uso de máscaras e no distanciamento social, como forma de combate eficaz da pandemia, apesar da desinformação oficial e da persistência governamental em negar as evidências científicas alimentando uma cultura antivacina que compromete a saúde da população e atinge, especialmente, as crianças que apresentam a mais baixa cobertura vacinal em décadas.

Agora, o Ministério da Saúde, mais uma vez, contraria as recomendações da ANVISA e de especialistas e coloca entraves à vacinação contra a COVID 19 das crianças entre 5 e 12 anos, aumentando os riscos de morte, contaminação e disseminação de novas variantes entre a população. O Governo Federal ainda persegue prefeitos e governadores que adotam medidas de prevenção à contaminação, como uso de máscaras e distanciamento social, em espaços públicos, e a exigência do passaporte vacinal.

Nos últimos dias do ano, o Ministério da Educação, proibiu as IFES de exigirem a comprovação de vacinação para retomada de atividades presenciais, comprometendo a

¹ Com o esquema vacinal completo, em uma bem-sucedida campanha de imunização, a cargo dos estados e municípios, apesar dos entraves postos pelo Ministério da Saúde, como a demora na aquisição das vacinas e os atrasos no recebimento dos insumos para sua fabricação no país.

segurança da comunidade acadêmica. A enorme desigualdade social que persiste no país, compromete, sobremaneira, o acesso da população mais vulnerável à saúde e às medidas de prevenção. Assim, as ameaças à saúde e à vida das crianças brasileiras, atingirão, de forma mais perversa, especialmente, os filhos e filhas das camadas da população que vivem do trabalho e hoje sofrem os impactos perversos da crise econômica, da recessão, do desemprego e da inflação. Crise gerada por uma política social e econômica excludente que despreza o bem-estar da população para privilegiar os interesses rentistas de uma elite atrasada e cruel, sem um mínimo de empatia, solidariedade ou consciência social, que massacra a população, destrói o meio ambiente, ataca as instituições públicas, Universidades, Institutos Federais, Centros de pesquisa, entrega as riquezas nacionais ao capital estrangeiro, comprometendo o patrimônio público e a soberania do país, em crime de lesa pátria e lesa humanidade.

O Ministério da Educação anuncia para 2022 a implantação de mais um retrocesso educacional, o ‘novo’ Ensino Médio, ao impor a divisão dos currículos por itinerários formativos e a certificação de atividades para a integralização curricular, mascarada por uma propaganda enganosa, que promete uma escolha inexistente e uma alardeada melhoria na qualidade do ensino que não se concretizará. O ‘novo’ Ensino Médio reduz o currículo ao mínimo e expurga temas, conteúdos e áreas de conhecimento obrigatórios, negando aos estudantes o acesso a uma formação comum e qualificada, descaracterizando o ensino médio como “educação básica”. Sua imposição desconsidera as críticas fundamentadas das entidades nacionais do campo educacional, e visa atender as demandas do setor privado em detrimento do interesse público, ampliar a mercantilização e flexibilizar o Ensino Médio, sob o falso pretexto de adequação às necessidades do setor produtivo. Assim, contrariando as reais necessidades das juventudes das camadas populares, as condena a postos de trabalho precarizados e mal remunerados e a abdicar de uma escolarização mais longa, em nível superior, em processo institucionalizado de apartheid social.

Cabe ainda registrar que o processo de implantação da BNCC, adiado devido a pandemia, retoma seu curso impondo uma concepção reducionista e padronizadora de educação, restrita ao desenvolvimento de competências e habilidades. A BNCC intensifica processos de centralização e controle extremados, que comprometem a elevação da qualidade da educação pública, a função social da escola e a garantia de igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na escola. Como a ANFOPE, tem reiteradamente denunciado, a intensificação das políticas de regulação e avaliação em larga escala, atreladas aos interesses do setor privado, reafirmam processos de reprodução da desigualdade social, hierarquizam os estudantes segundo sua

procedência e origem social, estabelecendo padrões e critérios meritocráticos, marcadamente excludentes e discriminatórios. Vemos, de forma cada vez mais presente, a instituição de uma cultura concorrencial de ranqueamento entre escolas e redes, validada por processos avaliativos censitários, que em nada contribuem para a melhoria da educação básica, mas que introduz uma outra lógica formativa, incompatível com a função social da escola e a formação para a cidadania. Como explicita o Documento Final do XX Encontro Nacional da ANFOPE² (2021, p. 24)

as lutas mais gerais da educação que podem ter desdobramentos para a formação e profissionalização dos profissionais da educação devem incluir a *defesa intransigente da escola pública de gestão pública* e o desenvolvimento de um *projeto de escola que jogue contra a implantação de uma concepção meritocrática e protofascista*, isto é, uma escola voltada para a ampliação da democracia e da igualdade.

Não poderíamos deixar de destacar, para esperarmos juntos, a potência da mobilização, ao longo de 2021, em todo o país, para a realização das etapas estaduais, municipais e regionais da CONAPE - Conferência Nacional Popular de Educação. A II CONAPE representa a resistência da sociedade brasileira, representada pelas entidades nacionais e movimentos sociais que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), ao projeto de desmonte e privatização da educação impetrado pelo Governo Federal e seus aliados, que impõem uma reforma empresarial da educação atrelada aos interesses do setor privado.

A CONAPE se insurge como resistência ao projeto excludente do capital, e propõe a discussão de um projeto educacional de reconstrução do País, com “a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es”. O lema da II CONAPE é que “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social”, por isso o clamor de “nenhum direito a menos” e como norte epistemológico, aponta a defesa do legado de Paulo Freire. Como o Documento-referência da CONAPE 2022³ destaca, o PNE é o epicentro das políticas educacionais, e, assim, cabe-nos como tarefa “reafirmar a defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação” e, neste contexto, assegurar o efetivo envolvimento da sociedade com o cumprimento e a viabilização das diretrizes, metas e estratégias do PNE. Entretanto, desde 2016, vemos a ampliação da presença dos

² Disponível em <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf>. Acesso em 12 dez.2021.

³ Disponível em <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2021/12/documento-referencia-da-conape-2022-final.pdf>. Acesso em 12 dez.2021.

“empresários da educação” nas estruturas da educação e o reiterado descompromisso do MEC e suas instâncias, com o PNE, materializando ações que promovem a privatização e mercantilização da educação pública, facilitam a apropriação do fundo público e permitem a autorregulamentação das instituições privadas, ratificando uma visão reducionista e padronizadora de educação.

Confirmando o ideário da CONAPE, na construção de um projeto político-educacional não podemos prescindir da defesa intransigente da democracia, da justiça social, dos direitos humanos e sociais e do reconhecimento e valorização da diversidade, com a garantia de igualdade de oportunidades e sem nenhuma forma de discriminação. A sociedade brasileira é constituída por uma pluralidade de características étnicas, culturais e raciais, que configuram sua rica diversidade. Entretanto, persistem enormes desigualdades, nunca superadas, que sujeitam grande parte da população à violência, pobreza, discriminação, que atingem, de forma mais perversa, os povos originais, a juventude negra e periférica, as crianças e as mulheres, sobretudo as negras, as pessoas LGBTQIA+, dentre outras.

Neste número especial, temos o **dossiê temático** “*Formação docente, diferença(s) e diversidade(s)*”, organizado pelos professores Fabio Luiz Alves de Amorim e Maria da Conceição Silva Soares. Na apresentação do dossiê os organizadores destacam que as argumentações produzidas por pesquisadores/as de diversas correntes teóricas e diferentes instituições, problematizam a formação inicial e continuada/permanente de professores/as na perspectiva da diferença e/ou da diversidade e as apresentam como aprendizagens inventivas, movimentos inclusivos e de resistência a imposição de uma equivocada padronização da educação e de mecanismos excludentes a serviço da pauta extremista e fundamentalista do neoliberalismo, em versão neoconservadora e autoritária de viés fascista.

Cada texto traz um olhar, uma visão sobre a centralidade da formação de professores e professoras, que traduz perspectivas político-pedagógicas do campo temático das diferenças, da organicidade de lutas por inclusão social, de diálogos praticados entre o institucional e o instituinte.

Olhando sobre os enlaces institucionais e instituintes materializados na proposta deste número 7 de ***Formação em Movimento***, que remetem a contextos diferenciados que trabalham com expectativas de tantos sujeitos que praticam o saber-fazer de processos de formação político-cultural construídos de forma coletiva, solidária e inclusiva. Cabe destacar, nesse processo de construção, o papel de coletivos, cujos referenciais pedagógicos estavam e estão mergulhados nas diversidades, outrora

socialmente interditas do acesso ao exercício da profissão docente. A ideia-força, a utopia que mobiliza os atores sociais nos espaços de construção do trabalho intelectual, político-pedagógico, se volta para o compromisso local (prioritariamente comunitário, em assentamentos rurais, em aldeias indígenas, nas favela etc) na solução de conflitos e injustiças sociais, ambientais e políticas que tecem as histórias de vida, não somente de educandos, mas também de educadores/as enredados/as pelas realidades excludentes, revelando métodos e epistemologias cunhadas em meio às lutas sociais.

Algumas teorias e práticas originam desses espaços de lutas sociais pela inclusão, pela cidadania, pela mobilização de atores ao acesso simplesmente a escolarização, que segundo a nossa legislação educacional expõe em diversos artigos várias pedagogias, saberes-fazer, práxis pedagógicas criadas em meio às liberdades e libertações da opressão, que em rede social e política, os atores coletivos reivindicam os direitos de viver e de produzir conhecimentos.

A partir de princípios solidários, participativos e de reconhecimento das diferenças culturais e étnicas, os povos do campo e da cidade, com suas diferenças ancestrais, territoriais pelos processos sociais e de organização educadores urbanos e rurais se definem na proposta pedagógica, notadamente pelas narrativas construídas nas epistemologias ao Sul, decoloniais, tecidas por múltiplas identidades sociais e culturais, de caráter auto-organizativo e plural. Entre estas propostas, apenas para exemplificar como a pluralidade de concepções é enriquecedora, destacamos, a pedagogia da alternância que, hoje, vem sendo atacada e desconstruída pela imposição de parâmetros padronizadores. A pedagogia da alternância nasceu em 1932, na França, pela luta de agricultores/as e hoje está presente em mais de mil escolas e cursos universitários do mundo todo, inclusive no Brasil. O CNE, que reconheceu, em 2006, a pedagogia da alternância e sua importância para a organicidade curricular nas formações baseadas na modalidade de educação do campo, reconhecida exatamente pela desafiadora realidade da diversidade, hoje empreende ataques a propostas que contemplam a diversidade de públicos e realidades educacionais.

Neste contexto de resistência e proposição, se originaram as pedagogias diferenciadas em bases dos movimentos sociais cujos atores, não somente docentes rurais e de periferias, mas também aqueles/as que atuam em meio às experiências solidárias, dentre outras formações e organicidades como as docências da educação quilombola, indígena, comunidades ribeirinhas e suas escolas multisseriadas. Podem ser grupos que se articulam em diversas causas, sem esperar as promessas de uma emancipação baseada na modernidade, almejam tão somente a inclusão, o presente é o aqui e o agora, que não esperam por ídolos pela libertação dos preconceitos, pois

retomam suas subjetividades em identidades coletivas que se formam num quadro de referências dos próprios grupos sociais e culturais afins, exigindo do estado as políticas públicas.

Com a temática do dossiê, na sessão *Ensaio*s trazemos o texto de Aldo Ocampo González que nos apresenta a epistemologia da educação inclusiva, como contribuição para a leitura crítica do presente visando construir uma visão da diferença que supere as práticas opressoras de dominação, hoje hegemônicas, a partir de uma abordagem interseccional.

Ainda sobre a temática da(s) diferença(s) e diversidade(s) associada(s) à atuação docente, temos na sessão *Relatos de Experiências*, dois textos que contribuem para o debate sobre discussão sobre a equidade de gênero e a educação para as relações étnico-raciais.

Nesta sétima edição inauguramos uma nova sessão *Inquietações* destinada a receber textos ensaísticos de alunos de graduação e pós-graduação, professores da educação básica entre outros, não necessariamente acadêmicos, mas que tragam para a discussão questionamentos sobre a formação e atuação docente, a escola e a universidade, entre outros temas afins com maior liberdade quanto a proposta textual.

Dando continuidade à comemoração do centenário de Paulo Freire, na sessão *Resenhas*, trazemos a obra *Pedagogia da Autonomia*, resenhada por três professoras da educação básica pública, que integram o mesmo grupo de pesquisa.

Na sessão *Documento* publicamos a *Manifestação da ANFOPE em relação à Proposta de Diretrizes Gerais Sobre Aprendizagem Híbrida*, elaborada pelo CNE, que em novembro a submeteu a consulta pública, em prazo exíguo, visando inviabilizar uma crítica propositiva, como tem sido a prática nos últimos anos. A entidade considera ser essa proposta mais um ataque à autonomia universitária, ao trabalho docente e à escola pública visando desqualificar e reduzir a oferta educacional para a maioria da população. Ainda nesta sessão publicizamos a *Carta da Anfope*, síntese das discussões travadas com seus associados durante a 40ª Reunião Nacional da ANPED, em que se reafirmam as posições da entidade, seus entendimentos sobre as pautas e lutas diante dos retrocessos e desmontes da atual conjuntura.

Na sessão *Entidades* publicamos dois documentos sobre os recentes ataques ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O primeiro é uma *Nota pública do FNPE* - Fórum Nacional Popular de Educação, de denúncia sobre o desmonte do INEP, exigindo uma ampla avaliação dos desmandos da

gestão atual do órgão. O segundo é uma *Nota do Forumdir em apoio ao INEP contra as ingerências do Governo Federal*, assinada por diversas entidades nacionais do campo educacional.

Finalizamos esta edição, na sessão **Homenagem**, registrando nosso apreço e reconhecimento pelo legado da professora Maria Felisberta Baptista Trindade. Coletamos textos, notas e mensagens em homenagem a esta educadora exemplar, militante incansável, mulher que dedicou sua vida às causas populares, em defesa da democracia, da educação pública, dos direitos sociais. Seu exemplo nos anima a esperar, e, coletivamente, resistir e persistir na construção de um projeto de sociedade e educação mais justa, solidária e libertadora.

Formação em Movimento, a revista da ANFOPE, tem se empenhado, nos últimos três anos, em ser um veículo para a socialização do conhecimento sobre a formação dos profissionais da educação, discutindo os rumos das políticas públicas educacionais, trazendo artigos, ensaios, relatos de experiências, posicionamentos e documentos das entidades nacionais, entre outras ações.

Apesar de esta não ser a nossa preocupação principal, e de nos opormos a extrema quantificação produtivista que impera no ambiente acadêmico, temos nos empenhado para atender aos critérios de qualificação da CAPES, para a avaliação dos periódicos nacionais de caráter acadêmico-científico: somos um periódico seriado, com dois números anuais, com ISSN, linha editorial definida e explicitada, editor responsável e comitê editorial, conselho editorial próprio, nacional e internacional, e corpo de pareceristas de diferentes instituições, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores, atendendo as normas da ABNT que mantem a regularidade e periodicidade declarada – dois números anuais, com as normas para submissão de trabalhos e procedimentos de avaliação explicitados, que efetua a avaliação duplo-cega pelos pares. Tem sido um trabalho árduo, mas a qualidade das publicações e as discussões potentes que os dossiês têm provocado, têm demonstrado que **Formação em Movimento** tem, de fato, trazido contribuições para o campo da formação de professores, nestes três anos de existência editorial, com sete publicações.

É uma construção coletiva, que depende da contribuição e do trabalho de cada um e de todo(a)s o(a)s envolvido(a)s: leitores, autores, avaliadores, associados ou não à ANFOPE. Leia, divulgue, se cadastre como avaliador, seja um autor e nos envie artigos, ensaios, relatos de experiências, resenhas. Precisamos de cada um! Precisamos de você!

EDITORIAL: A mudança pode significar retrocesso e não avanço

Finalizamos este editorial, mais uma vez, como o fazemos ao longo dos últimos cinco números, manifestando não só nosso pesar pelas mais de 619 mil vidas perdidas pela Covid 19, mas também nossa indignação pela continuidade de ações e omissões criminosas e reiteradas do Governo Federal, entre outros Poderes públicos, que evidenciam o descaso com a vida, a saúde, a subsistência e a dignidade da população brasileira.

Mais uma vez bradamos: CHEGA! E reiteramos nossa posição de resistência e luta pela educação pública, pela formação de professores, pela democracia e pela vida!

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2021.

Lucília Augusta Lino

Editora

Lia Maria Teixeira de Oliveira

Editora Associada

formov.revista@gmail.com

<http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/index>